

Certificação orgânica: a experiência da Associação dos Produtores e Produtoras Orgânicos do Vale do São Francisco - APROVASF - PE/BA

José Francisco De Souza Germino¹
Helder Ribeiro Freitas²
Cristiane Moraes Marinho³

¹Engenheiro Agrônomo, especialista em Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa e a Assistência técnica e Extensão Rural. E-mail: franciscogermino@yahoo.com.br.

Agradecimento: Aos agricultores que integram a Associação de Produtoras e Produtores Orgânicos do Vale do São Francisco (APROVASF), à CAPES/Edital Novos Talentos 2013 e ao Programa PROEXT/MEC (2015-2016).

RESUMO

A certificação orgânica das unidades produtivas tem se constituído em um desafio aos processos de transição agroecológica no Brasil. Buscando compreender este processo no contexto nordestino esse trabalho teve como objetivo resgatar e analisar a experiência da Associação de Produtoras e Produtores Orgânicos do Vale do São Francisco - APROVASF no que tange ao processo de certificação da produção de orgânicos pelas diferentes categorias de agricultores que a integram. Para isso foi realizado um trabalho de sistematização de informações que constam de relatórios de projetos técnicos de apoio aos agricultores e à associação com destaque para o trabalho da PLANTEC/CODEVASE, bem como a consulta, registros e entrevistas a diferentes categorias de agricultores que integram a associação. As iniciativas estabelecidas no contexto da produção orgânica nos diversos ambientes de categorias no Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA possibilitaram o sucesso na constituição da associação. Entretanto, esta organização vivencia um processo de construção de autonomia e superação das dificuldades no atendimento dos anseios da diversidade de perfis de sócios que a constitui.

Palavras-chave: Produção Orgânica, Agroecologia, Agricultura Familiar. Associativismo.

Organic certification: the experience of the Association of Organic Producers and Producers of the Vale do São Francisco-APROVASF – PE/BA

ABSTRACT

The organic certification of production units has been a challenge to the processes of agroecological transition in Brazil. Seeking to understand this process in the northeastern context, this work had the objective of retrieving and analyzing the experience of the São Francisco Valley Organic Producers Association - APROVASF regarding the certification process of the organic production by the different categories of farmers that integrate it. For this purpose, a systematization work was carried out, consisting of reports of technical projects to support farmers and the association with emphasis on the work of PLANTEC/CODEVASE, as well as the consultation, records and interviews to different categories of farmers that integrate the association. The initiatives established in the context of organic production in the various categories environments in the

²Doutor em Solos, professor da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Professor do Mestrado Profissional em Extensão Rural (PPGErX - UNIVASF). Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Estudos Sertão Agroecológico - NUPE-SA/UNIVASF. E-mail: helder.freitas@univasf.edu.br.

³Docente do Instituto Federal do Sertão Pernambucano, Campus Santa Maria da Boa Vista – IFSERTÃO-PE/SMBV. Professora Colaboradora do Mestrado Profissional em Extensão Rural (PPGErX - UNIVASF), Colaboradora do Núcleo de Pesquisa e Estudos Sertão Agroeco-

Petrolina/PE and Juazeiro/BA Poles allowed for the success in the constitution of the association. However, this organization experiences a process of building autonomy and overcoming difficulties in meeting the aspirations of the diversity of membership profiles that constitute it.

Keywords: Organic Production. Agroecology. Family farming. Associations.

lógico - NUPE-
SA/UNIVASF e
doutoranda em
Extensão Rural
na Universidade
Federal de Santa
Maria (UFSM/
RS). E-mail:
cristiane.mari-
nho@ifsertao
-pe.edu.br

INTRODUÇÃO

Este artigo representa uma síntese do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com o mesmo título, aprovado no Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa e a Assistência técnica e Extensão Rural (Ater) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) em 2016.

O TCC teve como objetivo geral analisar a experiência da APROVASE, no que tange ao processo de certificação da produção de orgânicos desenvolvida pelas diferentes categorias de agricultores que a compõem.

Neste sentido, várias iniciativas no campo da agroecologia e produção orgânica em curso no polo Petrolina e Juazeiro se articulam e são apoiadas por diferentes atores sociais e instituições no campo da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), pesquisa e desenvolvimento. No contexto do Perímetro Irrigado Nilo Coelho – Petrolina e da região de influência dos municípios de Petrolina e Juazeiro, ressalta-se a iniciativa da CODEVASF através da 3ª SR, em apoiar, por meio da empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Planejamento e Engenharia Agrônômica LTDA (PLANTEC), a qual foi contratada para prestação desses serviços aos agricultores/familiares dos perímetros de irrigação Nilo Coelho - Area Maria Tereza e Bebedouro, abrangendo um total aproximado de 2.200 famílias. Nesse universo, foi possível desenvolver um trabalho pioneiro no que tange à certificação de agricultores/as orgânicos nos perímetros citados, bem como demais agricultores da região envolvidos nas iniciativas de produção orgânica e transição agroecológica, as quais vieram a integrar a Associação de Produtoras e Produtores Orgânicos do Vale do São Francisco (APROVASF).

Assim, o artigo apresenta as principais discussões, resultados e análises que possibilitaram refletir a problemática da certificação orgânica e transição agroecológica na região do Vale do São Francisco a partir do estudo da experiência da APROVASE.

REFERENCIAL TEÓRICO

Agricultura Convencional e seus Impactos Socioambientais

O desenvolvimento agrícola brasileiro, historicamente direcionado à produção de commodities e exportação, promoveram grandes impactos econômicos e socioambientais no campo e na cidade. De acordo com o Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), (CARNEIRO, et al. 2015), constata-se os graves problemas advindos da implementação do processo produtivo fundamentados numa perspectiva produtivista baseada no uso de agroquímicos, chamando a atenção para os prejuízos, presentes e futuros. A continuar nessa caminhada desastrosa de exploração do potencial agropecuário do

país de uso da terra e dos demais recursos naturais impactados pelo agronegócio ter-se-á o comprometimento das condições de manutenção da vida na terra.

As evidências desse processo desastroso se constatarem com o avanço das áreas de plantio das culturas, notadamente de caráter geradoras de divisas econômicas, com um incremento cada vez maior dos agroquímicos, principalmente os agrotóxicos. O dossiê da ABRASCO 2015 sintetiza essa realidade:

O processo produtivo agrícola brasileiro esta cada vez mais dependente dos agrotóxicos e fertilizantes químicos. A lei dos agrotóxicos (BRASIL, 1989) e o decreto que a regulamenta (BRASIL, 2002) definem que essas substâncias são os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos (CARNEIRO et al., 2015,p.49).

Ainda de acordo com o dossiê da ABRASCO que evidencia o avanço do consumo de agrotóxicos no Brasil conquistando o primeiro lugar no mundo no consumo desse insumo. Assim, na safra agrícola de 2010-2011 o Brasil consumiu em suas lavouras entorno de 936 mil toneladas de agrotóxicos (ANVISA; UFPR, 2012; apud CARNEIRO et al., 2015,p.49).

O sistema de produção, fundamentado na utilização de agroquímicos solúveis sintéticos são reconhecidamente como os mais difundidos e implementados pela chamada agricultura de resultados, em que os aspectos produtividade e geração de lucros predominam sobre a sustentabilidade ambiental dos sistemas explorados. A utilização intensa de agrotóxicos no controle de “pragas” tem implicação direta sobre a saúde de trabalhadores e produtores rurais, bem como, da população ao consumir produtos e conviverem com ambientes poluídos por agrotóxicos.

O vale dos São Francisco se destaca no cenário brasileiro por uma notável oferta de produtos frutícolas para abastecimento nacional e ocupa o primeiro lugar na oferta de manga e uva de mesa para exportação. No entanto, destaca-se também como um grande consumidor de agrotóxicos. Em contraposição a esta prática de agricultura e seus impactos sobre o meio ambiente, saúde de trabalhadores rurais, agricultores e consumidores várias iniciativas de transição agroecológica e do campo da produção orgânica tem surgido na região do polo Petrolina-PE e Jauzeiro-BA. Tais experiências se manifestam entre agricultores familiares, irrigantes e empresários agrícolas, entretanto há escassez de informações sobre sua dinâmica, limitações e potencialidades.

Normatização dos Processos de Certificação de Produtos Orgânicos

A adoção de sistemas de certificação de modo a assegurar para a população que os alimentos certificados foram produzidos por agricultores e sistemas que não fazem uso de agroquímicos e também promovem práticas sociais, econômicas e ambientais sus-

tentáveis e eticamente desejáveis. Sendo assim, cresce em todo o mundo as iniciativas de agricultores, consumidores e governo no sentido da transição agroecológica, muitas delas reconhecidas por processos de certificação.

O número de agricultores orgânicos certificados tem crescido no Brasil. O primeiro levantamento oficial que apontou para isso foi os dados do Censo Agropecuário realizado em 2009. Neste, o número de produtores orgânicos certificados representavam 1,8% (ou 90.497) do total de estabelecimentos agropecuários do Brasil. Esses dados apontaram para as atividades em que os sistemas orgânicos mais avançaram, com destaque para pecuária e criação de outros animais (41,7%), às lavouras temporárias (33,5%), à lavoura permanente (10,4%), à horticultura/floricultura (9,9%) e à produção florestal (3,8%). De acordo com o IBGE (2006), os quatro principais Estados em número de estabelecimentos que fazem uso da agricultura orgânica no Brasil são respectivamente: Bahia (15.194), Minas Gerais (12.910), Rio Grande do Sul (8.532) e Paraná (7.527).

Assim, parte deste avanço se deve também às iniciativas no campo da normatização do processo de certificação de produtos orgânicos que, buscando assegurar a legalidade e credibilidade para esse processo produtivo, instituiu em 1999 o primeiro instrumento normativo de orientação às normas de reconhecimento e certificação da produção orgânica no Brasil. Esse instrumento foi a Instrução Normativa 007/99 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – (MAPA), que dispõe sobre normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais (BRASIL, 2009).

Em 2003, com a promulgação da lei nº 10.831, de 23 de dezembro, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências, inicia-se um novo ciclo de regulamentação da atividade com ampliação dos princípios norteadores desse processo. O Art. 1º sintetiza bem os propósitos definidos por essa nova iniciativa:

Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (BRASIL, 2003)

Em 2007, com a regulamentação da Lei nº 10.831 estabeleceu-se as orientações e formas de credibilidade, qualificação e responsabilidade da certificação das unidades produtivas (Quadro 1). Ainda no contexto da regulamentação da lei, se fez necessário a normatização de parâmetros e aspectos que dessem sustentação aos propósitos estabelecidos para operacionalização do sistema. Sendo assim, foram criadas diversas instruções normativas, cada uma, consubstanciada de uma qualificação específica, a saber: Instrução Normativa 54 de 22/10/2008 - IN 54, que trata da constituição das Comissões

da Produção Orgânica nos estados de modo a descentralizar e apoiar a promoção da produção orgânica em todo Brasil. As Comissões da Produção Orgânica têm por finalidade auxiliar nas ações necessárias ao desenvolvimento da produção orgânica, tendo por base a integração entre os diversos agentes da rede de produção orgânica do setor público e do privado, e a participação efetiva da sociedade no planejamento e gestão democrática das políticas públicas.

Formas	Prerrogativas/Orientações
I - acreditação:	Procedimento realizado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) como parte inicial do processo de credenciamento dos organismos de avaliação da conformidade realizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
II - auditoria de credenciamento:	Procedimento pelo qual uma equipe oficial de auditores realiza a avaliação de uma entidade candidata ao credenciamento como organismo de avaliação da conformidade, para verificar a conformidade com a regulamentação oficial;
III - certificação orgânica:	Ato pelo qual um organismo de avaliação da conformidade credenciado dá garantia por escrito de que uma produção ou um processo claramente identificado foi metodicamente avaliado e está em conformidade com as normas de produção orgânica vigentes;

Quadro 1. Formas de credibilidade, qualificação e responsabilidade da certificação das unidades produtivas. Fonte: MAPA, BRASIL, 2007.

Entre 2008 e 2009 outras Instruções Normativas (IN) foram instituídas de modo a aprimorar e ampliar os sistemas de produção animal e vegetal (IN 64 de 18/12/2008); os sistemas extrativistas orgânicos (IN 17 de 28/05/2009 - IN 17); regulamentação referente a processamento, armazenamento e transporte de produtos orgânicos (IN 18 de 28/05/2009); além dos mecanismos de controle e informação da qualidade dos orgânicos (IN 19 de 28/05/2009).

Definidos os instrumentos legais para operacionalização do referido sistema, era preciso avançar um pouco mais. Havia uma cobrança mais incisiva da sociedade civil organizada, no sentido de instrumentalizar melhor esse processo através de políticas públicas, que pudessem oportunizar as estruturas socioprodutivas uma participação mais efetiva, principalmente no âmbito da comercialização.

Sendo assim, em agosto de 2012, o governo federal instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, por meio do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, evidenciando no seu Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. (BRASIL, 2012)

Com a definição da PNAPO, se estabelece o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO 2013-2015) que foi elaborado pela Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO (conforme o inciso I do art. 9º da PNAPO). Com a regulamentação do sistema de produção orgânica e a definição de uma

política pública voltada para o setor, é fundamental que as organizações socioprodutivas orgânicas, familiares e empresariais, se adequem e se estruturam para se estabelecer no mercado oportunizado, inclusive com participação diferenciada em nível de outras políticas públicas.

Nesse contexto, se faz necessário identificar dentre as formas de certificação orgânica promulgada, qual/is aquela/as que atendem melhor a situação de cada unidade produtiva, individual ou coletiva. A lei nº 10.831 regulamentada pelo decreto nº 6.323, define 3 (três) formas de certificação (Quadro 2).

Tipo	Caracterização
Organização de Controle Social (OCS)	Controle Social na Venda Direta sem certificação, evidenciados no capítulo II Art. 28. Parágrafos 1º ao 3º, que garante aos agricultores cadastrados a venda direta ao consumidor mesmo sem a certificação.
Certificação por Auditoria	Fundamentado nos Art. 45 a 47, que permite a certificação orgânica através de uma auditoria externa devidamente credenciada junto ao MAPA, que habilita a unidade produtiva desde que se atendam os requisitos normativos da referida lei;
Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPAC)	Sistema Participativo de Garantia, referenciado nos Art. 37 ao 44, que será composto pelo conjunto de seus membros e por um organismo participativo de avaliação da conformidade credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Entendendo-se como membros do sistema os produtores, comercializadores, transportadores, armazenadores, consumidores, técnicos e organizações públicas ou privadas que atuam na rede de produção orgânica.

Quadro 2. Formas de Certificação instituídas no âmbito da Certificação de Produtos Orgânicos no Brasil. Fonte: BRASIL, 2007.

PERCURSO METODOLÓGICO

A Associação das Produtoras e Produtores Orgânicos do Vale do São Francisco (APROVASF) foi constituída oficialmente em maio de 2014, tendo como base econômica a produção de frutas e hortaliças, têm o seu quadro social composto por 56 sócios, formado por diversos agricultores/as situados em organizações formais e informais, profissionais das ciências agrárias e de outras formações que se dedicam a esse tipo de atividade, tendo como representação maior: assentamentos da reforma agrária, periurbanos e perímetros irrigados, localizados em Petrolina-PE e Juazeiro-BA, bem como em outros municípios da região.

Tipologias de Agricultores que integram a APROVASF

A APROVASF se constituiu a partir da articulação de várias iniciativas em produção orgânica e agroecológica em curso no polo dos municípios de Petrolina-Juazeiro. A partir de dados fornecidos pela APROVASF foi possível sistematizar um quadro com os perfis de sócios que integram a associação, bem como municípios em que estão localizados e produção predominante (Quadro 1).

Localidade	Nº de Sócios				Produção Predominante
	Petrolina	Juazeiro	Lagoa Grande	Outros Municípios	
Assentamentos	11	-	14	-	Hortaliças
Perímetros Irrigados	15	2	-	2	Frutas
Periurbanos	7	1	1	3	Frutas/Hortaliças
TOTAL	33	3	15	5	

A APROVASF se constituiu a partir da articulação de várias iniciativas em produção orgânica e agroecológica em curso no polo dos municípios de Petrolina-Juazeiro. A partir de dados fornecidos pela APROVASF foi possível sistematizar um quadro com os perfis de sócios que integram a associação, bem como municípios em que estão localizados e produção predominante (Quadro 1).

Para reconstituir o histórico da APROVASF e compreender as diferentes visões quanto ao funcionamento e processo de certificação vivenciados no âmbito da associação, buscou-se identificar as diferentes percepções desse processo por diferentes categorias de agricultores que constituem a APROVASF. Como estratégia para escolha dos integrantes do grupo a serem entrevistados, adotou-se o seguinte critério: foram entrevistados 4 (quatro) membros da associação, sendo:

- 1 (um) representante da categoria “assentamentos”: agricultor integrante de horta comunitária orgânica do Assentamento Mandacaru, zona rural de Petrolina-PE;
- 1 (um) da categoria “periurbanos”: agricultor representante de grupo de horta urbana certificada denominada Horta João Paulo II, localizada em Juazeiro-BA;
- 2 (dois) da categoria “perímetros irrigados”: agricultores certificados que estão inseridos no perímetro irrigado Nilo Coelho, Petrolina - PE.

As entrevistas possibilitaram abordar as temáticas referentes ao surgimento desses espaços produtivos, relações organizativas, institucionais e produtivas, inserção no contexto da agricultura orgânica, certificação orgânica e importância de estrutura organizativa criada para suporte e legitimidade ao processo de participação no mercado dos produtos orgânicos.

Algumas dessas comunidades produtivas já surgiram com a iniciativa de produção orgânica, como a Horta João Paulo II, que já na sua concepção, fundamentada no apoio de uma entidade religiosa, definia como condição de investimentos esse modo de produção. Outras foram incorporando esse processo de produção a partir de incentivos públicos, os casos do assentamento Mandacaru, com o apoio do governo estadual. No caso dos perímetros irrigados a estrutura de apoio se deu no contexto federal, através da CODEVASF com os serviços de ATER e as articulações com outras instituições para viabilizar a certificação dessas estruturas socioprodutivas.

Durante as entrevistas foram feitas questões abertas pertinentes às seguintes temáticas: Como surgiu o grupo dos orgânicos? Porque aderiu à proposta de agricultura orgânica? Que fator ou fatores mais contribuiu para o processo de transição? Quais as limitações e potencialidades no processo produtivo e gestão do empreendimento? Qual o papel da organização inicialmente denominada “Grupo Orgânicos do Vale”, atualmente APROVASF, para o desenvolvimento da agricultura orgânica na sua área de abrangência

nos Territórios do Sertão São Francisco Pernambucano e Baiano? Qual a importância da certificação orgânica? Dentre os diversos formatos de certificação qual o que atende melhor aos propósitos da organização?

O procedimento de categorização dos associados foi importante para o processo de compreensão e análise das experiências consolidadas e em curso no campo da produção orgânica e agroecológica, nos diferentes contextos e espaços socioprodutivos no âmbito do conjunto dos integrantes da APROVASE.

Além do diálogo e sistematização das entrevistas dos agricultores, também se procedeu à análise de documentos e relatórios produzidos pela Planejamento e Engenharia Agrônoma LTDA(PLANTEC). Essa empresa atuou como prestadora de serviço de ATER junto à Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), referente ao período entre 2006 e 2015, no qual o autor desta pesquisa atuou enquanto agente de ATER. Durante a atuação nesse campo de assessoria técnica junto aos agricultores do perímetro irrigado, delimitado pelo plano de trabalho de ATER junto à CODEVASF iniciou-se um processo de assessoramento e apoio ao grupo dos orgânicos e posteriormente à APROVASE.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Histórico “Grupo Orgânicos” na promoção da Agricultura Orgânica no Polo Petrolina/PE – Juazeiro/BA

Os agricultores/as orgânicos do perímetro irrigado Nilo Coelho estão localizados no município de Petrolina-PE, tendo o Nilo Coelho sua área, abrangendo também o município de Casa Nova no estado da Bahia. A administração central do Nilo Coelho, localizada a 15 Km da sede do município e acesso pela mesma rodovia, tem sua captação instalada no dique “B” da Barragem de Sobradinho. Os agricultores/as dos perímetros irrigados têm como característica socioprodutiva lotes agrícolas com 7 (sete) hectares em média por família. São produtores de frutas; manga, goiaba, acerola, mamão, coco, maracujá, dentre outras, e em menor escala a produção de hortaliças.

De acordo com o depoimento do representante do assentamento Mandacaru, o mesmo teve início em 6 de abril de 1999 com a implantação de um acampamento as margens do perímetro irrigado Nilo Coelho, sendo reconhecido e assentado pelo INCRA dois anos depois. O grupo que participa dos orgânicos são 13 famílias que tiveram um incentivo inicial do programa PRORURAL do estado de Pernambuco com a implantação da horta orgânica, sendo concedida infraestrutura e a mão de obra por conta dos assentados. A horta orgânica tem em torno de 0,5 (meio) hectare, com exploração básica de hortaliças e sua história e dinâmica socio-histórica de constituição e dinâmica produtiva foi caracterizada por Freitas et al. (2015).

De acordo com a liderança entrevistada da horta orgânica João Paulo II, a mesma fica localizada na periferia de Juazeiro, próximo ao distrito industrial, composta por 120 sócios e tendo como área disponível 3 (três) hectares para exploração, com o cultivo prioritário de hortaliças e frutas. Desde o ano de 1987 que fazem agricultura orgânica. A horta orgânica surgiu a partir de incentivos da igreja católica, tendo como coordenadora uma freira italiana da diocese de Juazeiro.

Os demais integrantes da APROVASF estão distribuídos, além dos municípios de Petrolina e Juazeiro, nos municípios de Sobradinho-BA com 1 (um) sócio, Casa Nova 1 (um) sócio e Pilar-BA com 2 (dois) e desenvolvem a produção de frutas e hortaliças.

O “Grupo Orgânicos do Vale” surge de uma convergência de ações e iniciativas no sentido de promover a agricultura orgânica nos municípios do polo Petrolina e Juazeiro mais destacadamente a última década. Com o início da atuação da ATER da empresa PLANTEC contratada em 2005 pela CODEVASF 3ª SR para atuar na assessoria técnica aos produtores/as no âmbito do Perímetro Irrigado Nilo Coelho, município de Petrolina, a equipe de ATER identificou que entre os agricultores do Perímetro Irrigado havia agricultores com potencial para trabalhar a agricultura orgânica.

Em 2008, com o ganho de força das ações e iniciativas de produção orgânica entre o público atendido pela ATER, a iniciativa de apoio mais efetivo da agricultura orgânica passou a ter mais incentivos no contrato com a CODEVASF 3ª Superintendência Regional. Nesse sentido, o trabalho com os orgânicos passou a ter maior visibilidade, e extrapolou os limites dos perímetros irrigados para um trabalho de promoção da agricultura orgânica com foco regional, de modo a congrega todas as forças de iniciativas isoladas em diversos ambientes socioprodutivos da região do submédio São Francisco.

Assim, tanto as ações estabelecidas dentro dos perímetros irrigados quanto às ações de integração dos diversos ambientes, são agregadas e articuladas em diversas iniciativas em processos produtivos fundamentados na agricultura orgânica. Nesse sentido, a PLANTEC desenvolveu atividades de capacitações, apoio à inserção em mercados de comercialização, viabilização de feiras livres, culminando com a criação da associação, APROVASF e a certificação de suas unidades produtivas, etc.

Participaram inicialmente desse processo de aproximação/constituição do grupo: agricultores/as dos perímetros irrigados Nilo Coelho e área Maria Tereza- Petrolina-PE; assentamento Mandacaru Petrolina-PE; agricultores/as da Associação dos Produtores Orgânicos de Caraíbas e Adjacências (APROAC)-Juazeiro-BA; agricultores/as periurbanos de Juazeiro-BA João Paulo II; agricultores/as periurbanos do município de Petrolina, bairro João de Deus. Assim, várias experiências regionais foram sendo identificadas em outros ambientes socioprodutivos fundamentados na agricultura orgânica e que foram se incorporando posteriormente ao grupo, a exemplo de agricultores/as de Lagoa Grande -PE, perímetro irrigado Brígida em Orocó-PE, e por último no perímetro irrigado Salitre, Juazeiro-BA.

Formado por diversos arranjos socioprodutivos e ambientais, essa diversidade permitiu, mediada pela equipe de ATER, algumas lideranças/associados e outros órgãos/grupos apoiadores das iniciativas locais de produção orgânica, diálogos no sentido de aprimorar os processos de inserção no mercado e o reconhecimento institucional (federal, estadual e municipal), da importância desse grupo, numa perspectiva positiva do desenvolvimento e consolidação da produção orgânica na região. Destacam-se nesse contexto a participação do SEBRAE, SENAR, PRORURAL, prefeitura de Petrolina, UNIVASF, UNEB, IF Sertão Pernambucano, dentre outros.

Cada categoria formadora do “Grupo Orgânicos”, iniciado em 2008, com a participação inicial dos agricultores/as dos perímetros irrigados Nilo Coelho e sua extensão Maria Tereza, assentamento Mandacaru e periurbanos de Juazeiro e Petrolina, têm ca-

racterísticas diferenciadas uma das outras, seja em relação aos espaços geográficos de exploração produtivos, seja quanto aos arranjos sociais, culturais, etc.

Os assentamentos tem uma história de luta e conquistas bem diferentes dos agricultores/as inseridos nos perímetros irrigados. Nos assentamentos a exploração tem um sentido mais coletivo (FREITAS et al., 2015) e nos perímetros se dão de forma mais individualizada. A exploração agrícola nos assentamentos tem um formato baseado predominantemente na oferta de produtos hortícolas e nos perímetros irrigados prevalece à fruticultura. Essa diversidade é salutar e importante, pois facilita uma participação mais efetiva nos diversos mercados de demandas de produtos hortifrutigranjeiros, pela possibilidade de planejamento articulado, numa condição especial de participação no mercado atendendo preceitos básicos como; quantidade, qualidade e regularidade de oferta de produtos.

Antes da intervenção da ATER nesse processo e constituição do grupo dos orgânicos, já existiam ações individualizadas em cada instância socioproductiva. Entretanto, não existia ainda uma possibilidade de participação mais efetiva, pelo não reconhecimento oficial de produção orgânica em face da ausência da certificação. A única entidade que atendia a essa prerrogativa era a Associação dos Produtores Orgânicos da Adutora de Caraíbas e Adjacências (APROAC), que tinha certificação orgânica expedida pelo Instituto Biodinâmico-IBD. Essa organização foi uma das pioneiras no contexto da produção orgânica no Vale do São Francisco, inclusive com exportação de manga orgânica. Mas, devido a problemas na administração da entidade hoje conta com poucos sócios, os membros da APROAC passaram a visualizar na inserção e participação no Grupo Orgânicos do Vale, uma saída para continuidade dos seus propósitos e valorização da produção orgânica na região.

Os processos de Certificação experimentados pelo Grupo Orgânicos

Com a efetiva constituição e integração das diferentes categorias de agricultores/as ao Grupo Orgânicos do Vale, foram agendadas e efetivadas reuniões de articulações institucionais, além de estratégias de superação de barreiras legais para o reconhecimento do grupo enquanto constituído por agricultores que praticavam agricultura orgânica. A partir de contatos com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), gerência estadual em Recife-PE, intermediados pela CODEVASE, o grupo foi instruído para formação de uma organização que pudesse representar esses agricultores/as na concepção de uma Organização de Controle Social (OCS), entendendo o grupo que essa poderia ser uma experiência de fácil acesso, tendo em vista que nessa concepção não há necessidade da certificação para venda direta ao consumidor conforme orienta a Lei 10 (BRASIL, 2007).

Dessa forma, com as discussões envolvendo instituições parceiras e agricultores/as se organizou um conselho dos orgânicos do vale, então denominado de Conselho de Segurança Alimentar - CONSEA ORGÂNICO DO VALE, o que permitiu o credenciamento junto ao MAPA estadual e a obtenção da Organização de Controle Social (OCS). Esse mecanismo possibilitou que o MAPA fornecesse através do CONSEA uma declaração individual por agricultor/a, atestando sua produção como proveniente de uma propriedade orgânica que atende aos preceitos da agricultura orgânica.

De posse da certificação OCS, se discutiu de que forma os agricultores fariam a comercialização em feiras livres, tendo como foco inicial a participação em uma ou diversas feiras em Petrolina-PE. Após acaloradas discussões, optou-se pela participação em uma feira, a que é realizada no domingo no bairro Areia Branca.

Para suporte a essa atividade, a CODEVASE, através de recursos de incentivo aos arranjos produtivos locais, providenciou uma estrutura em formato de banca coletiva, permitindo a participação de 12 agricultores/as na referida feira. Antecedendo a esse processo, o SEBRAE forneceu um treinamento em “Boas Práticas de Fabricação”, a fim de capacitar os produtores quanto às práticas de manipulação, apresentação e higiene dos produtos.

Além da banca, os recursos da CODEVASF contemplaram também a aquisição de balança eletrônica e vestimenta padronizada para os feirantes/agricultores/as. Desse modo, em dezembro de 2010 foi iniciada a participação desses agricultores/as na feira livre de Petrolina-PE.



Figura 1. Participação dos agricultores/as na feira da Areia Branca, Petrolina-PE. Fonte: Relatório Técnico (PLANTEC/CODEVASE, 2011).

Com as limitações relativas a esse processo de certificação OCS, que só permite a venda direta ao consumidor, e não permitindo a venda para estruturas de intermediação, varejo ou atacado, e ainda sem a permissão de uso do selo orgânico do Brasil, os agricultores com assessoria das instituições parceiras voltaram a discutir outras estratégias que avançasse na possibilidade de ampliação da venda dos seus produtos.

Assim, surge a proposta de transformar o CONSEA ORGÂNICO DO VALE em um Organismo Participativo Avaliador de Conformidade (OPAC) junto às instâncias federais específicas de cadastramento. Essa forma de certificação permitiria à organização dos agricultores, auditar e certificar os seus agricultores/as. Esse procedimento referenciado nos Art. 37º ao 44º do decreto nº 6.323 (BRASIL, 2007), entende como membros do sistema os produtores, comercializadores, transportadores, armazenadores, consumidores, técnicos e organizações públicas ou privadas que atuam na rede de produção orgânica. Nesse sentido, a avaliação no grupo e entre assessores técnicos foi de que, naquele momento, a pouca experiência de organização dos agricultores, inclusive com a gestão da própria APROVASF era uma limitação para que o grupo adotasse a modalidade denominada OPAC.

A realização da certificação dos agricultores/as se constituiu no grande desafio desses agentes sociais. Assim, não se viabilizando a OPAC, as articulações foram se estendendo, inclusive com a participação decisiva da Promotoria Pública Ambiental de Petrolina-PE, que participou de algumas reuniões, se prontificando e colocando a disposição do grupo empenho para que determinados aspectos tivessem a agilidade necessária para se concretizar.

Em articulação com o SEBRAE, identificou-se dentro da sua estrutura de projetos, um programa chamado de “Bônus de Certificação”, que permite a disponibilização de recursos para habilitar e certificar os produtos de organizações produtivas. O SEBRAE identificou e contatou entre as empresas certificadoras para agricultura orgânica a empresa Chão Vivo, situada no estado do Espírito Santo, sendo a mesma contratada para realização das auditorias.

Dessa forma, com o apoio da ATER/PLANTEC, a empresa Chão Vivo realizou as auditorias nas unidades produtivas indicadas em comum acordo entre os agricultores do grupo dos orgânicos e ATER, sendo avaliadas e verificadas as conformidades evidenciadas nos Art. 45º a 47º do decreto 6.323 (BRASIL, 2007) que regulamentou a lei dos orgânicos, sendo consideradas como possíveis de certificação algumas unidades produtivas e outras que foram orientadas para ajustes em algumas conformidades, com possibilidades futuras de aceitação da sua certificação.

Nesse contexto, foi possível, em 2012, numa cerimônia na Feira Nacional da Agricultura Irrigada (FENAGRI) 2012, em Petrolina-PE, a entrega de 17 (dezesete) certificados orgânicos, sendo 3 (três) desses certificados para estruturas coletivas, a exemplo do assentamento Mandacaru, agricultores/as periurbanos de Juazeiro-BA (Horta João Paulo II) e Petrolina-PE (“Hortovale” João de Deus).

Com a certificação das primeiras estruturas produtivas, o grupo ganha importância e se fortalece para avançar no campo da comercialização. Paralelo ao processo da certificação auditada pelo Instituto Chão Vivo, a partir de articulações da CODEVASF, foi possível viabilizar recursos de emenda parlamentar para implantação de uma estrutura de comercialização específica para esse grupo.

Faz-se necessário destacar a dinâmica do apoio do SEBRAE ao processo de certificação do Grupo dos Orgânicos do Vale pois, durante dois processo de renovação da certificação o SEBRAE arcou com 100% das despesas referente aos custos da certificação. Até 2015, os agricultores da APROVASF arcam com 30% e o SEBRAE com 70% do custo da certificação, esse percentual irá diminuir paulatinamente até que todas as despesas com a certificação sejam custeadas pelos próprios agricultores/as.

Articulação de Parceiros e ações necessárias para a consolidação do Grupo Orgânicos do Vale

Em 2013 os recursos para construção da estrutura de comercialização foram orçamentados e destinados a CODEVASF para gerenciar a utilização do mesmo de acordo com o destino definido. Nesse processo, havia a necessidade de definição de uma área para construção do empreendimento. Esta definição foi viabilizada por meio da Prefeitura Municipal de Petrolina que se prontificou a identificar um local adequado e efetuar a doação. Inicialmente, uma área próxima ao Centro de Convenções em Petrolina, pos-

teriormente redirecionada para uma área próxima ao SESI, e, recentemente, para as proximidades da feira do Bairro Areia Branca do referido município.

A Prefeitura Municipal de Petrolina também se prontificou em elaborar um projeto para construção do centro de comercialização de orgânicos. O projeto arquitetônico apresentado e discutido com representações das instituições parceiras e do Grupo dos Orgânicos do Vale, estabelecendo inclusive o valor preliminar do orçamento da obra. Verificou-se que os recursos destinados não eram suficientes para construção da obra na sua totalidade, mas que era possível uma construção parcial que atenderia a realização de uma espécie de feira.

A partir da disponibilidade dos recursos e doação do terreno pela prefeitura para construção da infraestrutura, um novo tema passa a fazer parte das discussões do grupo e seus parceiros institucionais, a necessidade de uma organização formal envolvendo os participantes do grupo dos orgânicos, para validar o caráter jurídico da entidade e poder receber legalmente o investimento viabilizado por emenda parlamentar e construído em terreno público.

Como a discussão quanto à constituição de uma organização representativa desses agricultores(as) já era ensaiada há algum tempo, ficou mais fácil dar seguimento a essa proposição. Com o retorno do serviço de ATER em 2013, essa estratégia já foi montada com o grupo dos orgânicos, seguindo-se da elaboração do estatuto, ampla discussão a respeito do mesmo, definição da assembleia de fundação até a promulgação da fundação e legalização da entidade associativa em maio de 2014, com a denominação de Associação de Produtoras e Produtores Orgânicos do Vale do São Francisco (APROVASF), sendo constituída sua primeira diretoria com representação de praticamente todas as unidades produtivas participantes da referida organização.

Enquanto se discutia os aspectos formais para liberação dos recursos, doação do terreno e outros trâmites para viabilizar a construção do “mercado dos orgânicos”, a organização não poderia permanecer paralisada. Assim, a partir de vários entendimentos entre os parceiros e a associação, se conseguiu um espaço dentro do Parque Municipal Josefa Coelho - Petrolina, para realização da primeira feira específica de produtos orgânicos no município. Essa feira passou a funcionar em dezembro de 2014, sempre a tarde das sextas-feiras.



Figura 2. Feira exclusiva de produtos orgânicos dos associados da APROVASF. Fonte: Eduardo Queiroz. Diário do Nordeste. <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/especiais/organicos/os-desafios-de-coelho-1.1286774>.

Em 2014, após a constituição da associação, as parcerias juntamente com a direção da organização e com o apoio do SEBRAE, discutiram e definiram estratégias que viabilizou a participação da associação na Feira Nacional de Agricultura Irrigada (FENAGRI) realizada em 2014, onde foram estabelecidos contatos com compradores (local, regional e nacional), venda e divulgação dos produtos da associação através de folders, etc., ampliando consideravelmente o conhecimento e reconhecimento da organização junto a consumidores; local, regional e de outros estados do país.

Como estratégia de inserção da associação num mercado mais ampliado, a ATER/PLANTEC viabilizou a participação de representantes da associação em rodadas de negócios que fizeram parte da FENAGRI-2014. Essa participação teve por objetivo propiciar a integrantes da organização tomar conhecimento dos procedimentos que norteiam negociações de médio e grande porte, inclusive redes varejistas e atacadistas as mais diversas, e que permite o alcance de mercados promissores no país e no exterior num futuro próximo.

Outro fator importante para consolidação da associação enquanto representante legal de uma ampla estrutura socioprodutiva, foi à ampliação das auditorias por parte da certificadora Chão Vivo. Isso se viabilizou através de iniciativa do SEBRAE junto á APROVASF nas unidades produtivas, de modo que se concretizaram a certificação de 53 agricultores/sócios. Com isso foi possível ampliar e diversificar a oferta de produtos orgânicos em média escala, numa perspectiva de participação bastante representativa nos mercados já atendidos e a serem conquistados.

Dentro do contexto das parcerias constituídas, foi fundamental a participação da Promotoria Pública de Meio Ambiente de Petrolina, que envidou esforços importantes nas articulações que se fizeram necessárias costurar para o alcance dos resultados almejados. Destacar ainda o papel exercido pela UNEB, UNIVASF e IF Sertão Pernambucano, com contribuições significativas do ponto de vista da capacitação dos agricultores e técnicos da ATER, e ainda nos aspectos organizacionais e de constituição da associação representativa desse grupo de agricultores/as orgânicos.

Ações de ATER e a promoção da Agricultura Orgânica nos Perímetros Irrigados

A iniciativa de ATER se constituiu em um fator importante para iniciar e consolidar o processo de organização dos agricultores/as orgânicos do Vale do São Francisco dos perímetros irrigados Nilo Coelho - Área Maria Tereza e Bebedouro, com o aval e apoio financeiro da CODEVASF. As estratégias que foram estabelecidas no âmbito da ATER tinham como objetivo o alcance de resultados num médio e longo prazo. Para compreensão melhor dos avanços da ATER no apoio à iniciativa dos orgânicos elaborou-se um quadro síntese (Quadro 4) no qual se caracterizam as diferentes atividades e objetivos no contexto das fases da ATER propiciada pela CODEVASF aos perímetros irrigados Nilo Coelho, área Maria Tereza e Bebedouro. O Quadro 4, resume em 3 (três) fases o processo de construção de uma estratégia de inserção nos perímetros irrigados da atividade orgânica, com o propósito de assegurar para a geração atual e futura, de um ambiente propício a exploração produtiva sem agressões ao sistema socioprodutivo onde estão inseridos. E ainda, com respostas econômicas e de atendimento ao clamor da sociedade por alimentos saudáveis e de reconhecida sustentabilidade ambiental.

Quadro 4. Fases de atividades realizadas pela ATER/PLAN-TEC 2006-2015 no apoio ao Grupo Orgânicos do Vale. Fonte: Relatórios PLANTEC/CO-DEVASF 3ªSR; “adaptado de GERMINO et al., (2015)”.

Fase	Ano	Atividades	Objetivos
I Aproximação	2006/2007	Visitas individuais, dias de campo, palestras, reuniões técnicas.	Identificar os agricultores/as com potencial para realização de práticas simplificadas de manejo do solo e culturas; como adubação verde, compostos orgânicos, caldas orgânicas, etc.
II Capacitação	2008/2009/ 2010/2011	Intercâmbios entre unidades produtivas, visitas individuais, dias de campo, palestras, reuniões técnicas; articulações institucionais; aproximação e articulação com outras estruturas produtivas no polo Juazeiro/Petrolina.	Aprimorar práticas simplificadas de manejo do solo e culturas, como adubação verde, compostos orgânicos, caldas orgânicas, etc., em unidades produtivas que praticam agricultura orgânica; divulgar entre agricultores(as) práticas exitosas de manejo de solo e das culturas fundamentadas em princípios orgânicos; viabilizar a participação dos agricultores(as) em feiras livres e acesso a supermercados, sacolões e outras estruturas de comercialização; viabilizar a certificação das unidades produtivas com práticas orgânicas consolidadas; ampliar a participação de unidades produtivas orgânicas no âmbito do polo Juazeiro/Petrolina; criar grupo dos orgânicos do vale.
III Consolidação	2012/2013/ 2014/2015	Intercâmbios entre unidades produtivas, visitas individuais, dias de campo, palestras, reuniões técnicas; seminários; participação em feiras tecnológicas; articulações institucionais.	Certificar as unidades produtivas legalmente aptas; aprimorar os processos de produção orgânica nas unidades produtivas certificadas e a certificar; viabilizar a construção de um mercado orgânico para o grupo; viabilizar a constituição de uma associação de agricultores/as orgânicos do vale; viabilizar a realização de uma feira livre específica dos produtores/as orgânicos.

As estratégias foram sendo redimensionadas e aperfeiçoadas a partir do andamento dos resultados alcançados em cada etapa.

A fase I, chamada de fase de aproximação, tinha como objetivo identificar a partir de algumas práticas produtivas realizadas por alguns agricultores/as, que não utilizavam de insumos solúveis sintéticos e agrotóxicos, aqueles que pudessem avançar nesse sistema, com incorporação de conhecimento e de processos de utilização da biomassa produzida na própria unidade produtiva, com perspectiva da utilização do sistema de produção orgânico. O grande desafio era se contrapor a cultura de produção nos perímetros irrigados, de que só era possível produzir a partir dos insumos solúveis sintéticos (agrotóxicos e fertilizantes industrializados). Concepção essa defendida pelas diversas entidades de apoio a produção no Vale do São Francisco e que ainda perduram, apesar das experiências já vivenciadas, demonstradas e constatadas.

Com muita dificuldade foram identificados alguns agricultores/as que já manifestavam inclusive essa vontade de se libertar do processo convencional, mas que não tinham a segurança necessária para enveredar no caminho das práticas orgânicas, sendo iniciado um processo de capacitação individualizado ou com algumas reuniões técnicas para evidenciar a importância de algumas práticas, como capina das ervas espontâneas, ao invés da utilização de herbicidas, cobertura viva e morta, compostos orgânicos e caldas orgânicas. No depoimento dos 2 (dois) agricultores do perímetro irrigado Nilo Coelho é possível identificar esse dilema quando da percepção de participação nesse formato de produção:

“Percebi que teria meu solo por mais tempo, estaria protegendo os animais, a natureza, e pela oportunidade de mercado. E também porque consigo vender diretamente, do que através dos atravessadores. Assim posso ganhar mais. O convencional é muito difícil.”

“O maior interesse era a consequência dos agrotóxicos. Já me sentia uma pessoa mal, com determinados produtos. Quando o incentivo surgiu, a AGROBOM [Empresa que comercializa insumos autorizados na agricultura orgânica], eles me incentivaram a produzir orgânico, e daqui em diante é só continuar como produtor orgânico.”

Com a identificação dos agricultores, se estabeleceu o que podemos qualificar como a fase II, ou fase da capacitação. Nesse período foi aprofundado e mais incisivo o processo de capacitação, com a utilização de dias de campo; reuniões técnicas; intercâmbios entre unidades produtivas com resultados exitosos; reconhecimento do grupo como orgânicos através do sistema OCS, qualificação sem necessidade de certificação para realização da venda direta e a participação em uma feira pública com os produtos sendo vendidos como orgânicos. Sendo o ponto alto desse período a aproximação com outras realidades produtivas fora dos perímetros irrigados, que permitiu o fortalecimento de todos e a constatar de forma definitiva a convicção da agricultura orgânica, como uma atividade socioprodutiva sustentável em todas as dimensões; social, econômica e ambiental. Esse processo de capacitação foi fundamental, conforme depoimento de integrante do grupo dos orgânicos inserido no perímetro irrigado Nilo Coelho:

“Pra mim foi um êxito, em função da divulgação do que a gente estava trabalhando, no momento em que a PLANTEC veio acompanhar, tivemos além da Assistência Técnica, apoio da CODEVASF, e apoio do CONSEA para vender orgânicos na feira.”

Na terceira fase, chamada de fase de consolidação, aprofundou o processo de capacitação, inclusive com a participação e realização de seminários com esse tema e organizado em parceria com as instituições apoiadoras desse processo. Participação em feiras tecnológicas (FENAGRI), importante evento realizado em Petrolina/Juazeiro, sendo uma das possibilidades de divulgar junto a agricultores e técnicos da região e de outras localidades da importância desse processo produtivo. Ainda nesse período destaca-se a construção de uma organização que pudesse dar um caráter oficial a essa instância produtiva diferenciada dentro do Vale do São Francisco, com a constituição da APROVASF. Essa importante iniciativa se costurou em paralelo a outras conquistas, como a possibilidade de construção de um mercado do produtor orgânico que está se encaminhando para se tornar realidade.

No contexto de capacitação do grupo e de constituição da associação, sempre se alertou para o empoderamento da organização, assegurando-se a sua autonomia, independente dos apoios estabelecidos. O que se verifica ainda é um amadurecimento das práticas colaborativas e associativas entre os associados ao longo do tempo. Entretanto a participação dos associados nas atividades da APROVASF ainda tem sido um processo em construção.

Até a presente pesquisa a entidade continuava a se reunir extraordinariamente com o apoio da CODEVASE, numa perspectiva de assegurar o empreendimento da construção do galpão para a feira livre específica da organização.

Análise das Potencialidades e Limitações das diferentes categorias de agricultores/as que integram a APROVASF

O grande desafio da APROVASF em 2016 era estabelecer, no âmbito da associação, um plano que permita avanços na participação interna e construção da autonomia da instituição e das diversas entidades organizativas individualizadas em seus espaços de atuação, com a consolidação dos mercados conquistados e a conquistar bem como ampliação da atuação da associação na região e público de atuação. Assim, para além do interesse comum de produzir alimentos orgânicos há potencialidades e limitações diferenciadas entre os integrantes da associação. No contexto das diferentes categorias de agricultores da APROVASF foi possível identificar algumas características gerais (Quadro 5). De acordo com o depoimento dos representantes das diversas categorias entrevistados, e avaliações de outras realidades e experiências vivenciadas e analisadas por comunidades, identifica-se algumas especificidades no contexto dos potenciais e limitações inerentes a cada um desses perfis de agricultores. Nesse sentido, foi possível destacar os aspectos determinantes para o aprimoramento e engajamento nessa proposta de produção com vistas ao aumento da participação destas categorias de agricultores na organização, bem como sua ampliação no número de integrantes e aumento na oferta de produtos em quantidade e diversidade.

Categoria	Potencialidade	Limitação	Outras Informações
Assentamento	Trabalho coletivo Proximidade do mercado consumidor	Área de produção; Água disponível; Dificuldades em acessar, bem como lidar com informações e apropriação de conhecimento técnico a respeito da dinâmica e manejo dos sistemas orgânicos; Acesso ao crédito diferenciado para essa atividade.	Necessidade de uma Assessoria Técnica efetiva, eficiente e específica para o sistema de produção orgânico/agroecológico de modo a se adequar às diferentes demandas e necessidades das diferentes categorias de agricultores orgânicos/agroecológicos em suas peculiaridades e estágios de transição agroecológicas.
Perímetro Irrigado	Conhecimento técnico básico (irrigação); Área disponível; Água disponível; Proximidade do mercado consumidor.	Menor experiência no trabalho coletivo; Mão de obra com capacitação específica para atuar nesse sistema de produção; Acesso ao crédito diferenciado para essa atividade.	
Periurbano	Trabalho coletivo Proximidade do mercado consumidor	Acesso a terra e segurança em relação ao referido acesso considerando a dinâmica da ocupação territorial das cidades; Área disponível para produção é limitada; Limitação de acesso a água para produção; Dificuldades em acessar, bem como lidar com informações e apropriação de conhecimentos técnicos a respeito da dinâmica e manejo dos sistemas orgânicos; Acesso ao crédito diferenciado para essa atividade.	

Quadro 5. Caracterização de potencialidades e limitações inerentes às categorias de agricultores que integram a APROVASF. Fonte: dados da pesquisa, 2016.

Conforme Quadro 5, um dos fatores analisados diz respeito ao trabalho em grupo, condição fundamental para o êxito de unidades produtivas familiares. E esse desafio quando feito um paralelo entre as diversas categorias analisadas apontam situações distintas. As famílias do assentamento desenvolvem mais o trabalho coletivo o que, num contexto da gestão, é fundamental, uma vez que o planejamento é a base de sucesso de qualquer empreendimento que se realize.

No entanto, esse mesmo grupo tem dificuldade na coletivização dos trabalhos a serem conduzidos no empreendimento em toda sua dimensão. Ao longo da constituição da experiência da horta no assentamento o perfil de agricultores que preferiam trabalhar de forma mais individual limitou a participação de alguns que não se adaptaram ao sistema de organização do grupo, que mesmo buscando se ajustar a estes perfis, houve várias desistências como destaca SILVA (2014).

Outro relato quanto à limitação de participação do grupo iniciado com a atividade no assentamento Mandacaru, tiveram motivos que extrapolaram aos anteriormente relatados ou outros como a migração para atividades diferentes ou similares as exercidas no assentamento, conforme Freitas et al, (2015, p. 13).

Do grupo de 33 famílias que iniciaram as atividades produtivas da horta atualmente permanecem 16 agricultores. As razões para o número de famílias ter diminuído, segundo os integrantes que permaneceram no grupo, são diversas tendo sido destacadas: a inadequação ao trabalho com produção orgânica e a identificação com outras atividades produtivas (caprino, fruticultura, artesanato, produção de doces, dentre outras).

Ainda no contexto do perfil dos grupos participantes da horta orgânica verifica-se que a participação da mulher tem sido majoritária, a exemplo do assentamento Mandacaru. Segundo Freitas et al.(2015), das 16 famílias que atuam na horta, 11 são mulheres e 5 são homens.

Na horta orgânica periurbana João de Deus (Grupo Hortovale) a participação feminina é ainda mais significativa. Dentre as 10 famílias envolvidas, 7 são representadas por mulheres e somente 3 pelos homens, (SILVA, 2014). Quanto à procedência dos agricultores/as que integram esse grupo, a maioria é remanescente do nordeste e basicamente trabalhavam em áreas de sequeiro, SILVA, (2014):

Quanto à procedência dos agricultores/as, a maioria é remanescente do nordeste e basicamente trabalhavam em áreas de sequeiro, SILVA, (2014):

Na sua totalidade, as famílias são de origem rural, de diferentes municípios e estados do Nordeste, como Pernambuco, Bahia, Ceará e Alagoas. As razões principais para essa imigração são busca por emprego, necessidade de ensino de qualidade para os filhos ou acompanhar o marido nas suas atividades, mas todas elas podem ser traduzidas em uma busca por uma vida melhor, dadas as dificuldades encontradas na

zona rural, em área de sequeiro principalmente, de onde a maioria é oriunda (, p.35-36)

Já no contexto das unidades produtivas familiares dos perímetros irrigados a condução do empreendimento se dá pela participação da família como mão de obra prioritária ou através da contratação de mão de obra de terceiros. Não há uma participação efetiva entre unidades socioprodutivas num trabalho coletivo de qualquer espécie, elas se estabelecem quase sempre a partir das poucas experiências em organizações associativas, com diversos exemplos de gestão desastrosa desse tipo de empreendimento.

A imposição por parte da CODEVASE, do processo de gestão do empreendimento de irrigação a partir das organizações constituídas em cada núcleo do perímetro irrigado Nilo Coelho, sem nenhuma demanda nesse sentido por parte dos agricultores/as e de uma inadequada e insuficiente capacitação dos mesmos/as para esse propósito foi um dos fatores determinantes para o desastre da gestão do perímetro, culminando com o descrédito em relação ao associativismo, conforme, NUNES et all, (2015, p. 7):

Por fim foram constituídas 11 associações, uma por núcleo de produção, onde os agricultores de certa forma foram levados a assumirem a administração das associações, de forma impositiva, que contavam com uma patrulha mecanizada para prestação de serviços de preparo de solo nas parcelas produtivas.

O zoneamento geográfico do projeto permitia o controle administrativo, pelo fato de cada núcleo de agricultores constituírem a sua associação, porém esse modelo de gestão não obteve sucesso mais uma vez, por ser introduzido na gestão um modelo paternalista e um forte vínculo dos agricultores com o poder público, descaracterizando por muitos anos a formação de instituições sólidas e representativas.

A maioria dessas dificuldades na gestão coletiva se dá pela subalternização do processo de comercialização junto aos mercados atacadistas ou de varejos, e a falta de articulação coletiva adequada dos agricultores/as ou das suas organizações, conforme FEITOSA, (2012, p. 95).

A quase inexistência de articulação coletiva e mobilização em prol de melhores situações de mercado e mesmo de condições de existência dificulta a formação de associações e cooperativas, capazes de integrar os produtores, reduzindo a fragilidade de negociação destes quando sozinhos na esfera do mercado.

Quando analisado os meios de produção, terra, água e área disponível, as comparações se tornam mais gritantes. Na categoria dos periurbanos, normalmente situados em áreas que não apresentam nenhuma possibilidade de ampliação em função do crescimento urbano onde estão situados e limitação nos terrenos que ocupam. Associado a este problema há ainda a limitação na disponibilidade de água para produção junto à categoria dos agricultores periurbanos, bem como para a maioria dos que compõem a categoria

assentamentos. De acordo com depoimentos dos agricultores e também evidenciados no trabalho de Silva (2014, p. 29) essa limitação fica evidente.

“É a nossa área ser pequena, e a gente não pode dar um descanso. Tem tempo que tudo dar bom, mas tem tempo que não dar.”

“Em relação à água, a horta dispõe de dois reservatórios, um comportando 34.000 l e outro 14.000 l. Na avaliação dos integrantes do grupo, essas caixas são reabastecidas diariamente de forma que não falta água para a produção da horta, considerando as dimensões atuais. Entretanto, a demanda por produtos orgânicos tem pressionado os agricultores a ampliarem a horta. Nesse caso, a disponibilidade de água e estrutura de armazenamento não seriam suficientes, sendo esta uma limitação para ampliação da produção e mesmo inserção de novas famílias no grupo.”

Já nos perímetros irrigados, onde todo sistema de dimensionamento hidráulico de oferta de água, levou em consideração os aspectos edafológicos básicos para o tipo de agricultura a ser exercido e o tamanho da área a ser ocupada, em torno de 7,0 ha em média, esses aspectos se revelam como potencialidades, tanto para a oferta de frutas como hortaliças. Os problemas que se deparam são de outra ordem. Como normalmente os trabalhos num lote de 7,0 ha demanda uma intensidade maior de mão de obra, normalmente se faz necessário a contratação de terceiros e em se tratando de produção orgânica os agricultores tem tido dificuldade de encontrar esses serviços na condição plena de trabalho a ser executado nas suas unidades, uma vez que a mão de obra da região é toda ela voltada para o atendimento do sistema de produção convencional, onde prevalece a utilização de agroquímicos, conforme relato de um agricultor do Perímetro Nilo Coelho e sócio da APROVASE

“As dificuldades é a mão de obra específica para trabalhar. Pois toda mão de obra é para o convencional. As pessoas só colocam o adubo, e não querem trabalhar com o modelo orgânico.”

Para a viabilização de qualquer atividade que demanda tempo para que o produto seja evidenciado e pronto para comercialização, o crédito é muito importante como suporte as atividades do processo de produção até a geração de renda auferida pelo seu sistema. Nesse contexto todos os participantes dos grupos são unânimes quanto a esse fator. De que as dificuldades encontradas para o acesso desses recursos na condição de produção orgânica são corriqueiras nas instituições financeiras regionais, que de um modo geral tem dificuldade de reconhecer esse sistema como viável economicamente. Entretanto, diversas avaliações e constatações dessa viabilidade já tenham sido destacadas, a exemplo do trabalho de Britto, (2007), quando avalia de forma comparativa a produção de manga num sistema convencional e orgânico, ressaltando:

Contrariando a impressão que a menor produtividade apresentada pelo cultivo orgânico, que é em média 20% inferior à produção convencional é fator negativo ao seu desenvolvi-

mento, bem como os custos iniciais mais elevados em decorrência do processo de conversão e certificação que é submetida à propriedade quando da adesão ao cultivo orgânico, os dados apresentaram que a produção orgânica é mais viável financeira e economicamente do que o cultivo convencional, em decorrência do preço diferenciado a maior que recebe Britto (2007, p.16).

Outros trabalhos desenvolvidos na região, Petrolina e Juazeiro, ressaltam essa dificuldade das instituições financeiras de proverem os agricultores e suas organizações com o crédito necessário para alicerçarem sua produção, a exemplo da citação de Granja, (2010, p. 65).

As linhas de crédito são falhas, na medida em que os bancos costumam exigir muitos documentos e garantias para liberar crédito, o que torna essas operações demoradas e burocráticas.

Outro fator relevante quando se trata da atividade orgânica diz respeito à assessoria técnica. As representações dos diversos perfis socioprodutivos entrevistados foram unânimes quanto à importância da existência de uma assessoria técnica efetiva e eficiente no contexto do suporte à atividade da produção orgânica, conforme relato de um dos entrevistados.

“A assistência técnica facilitava o acompanhamento, alguns não tem condições de leitura, de anotações. A maioria vem se dispersando, porque não acompanham. A assistência ajudava esses produtores a caminharem com as próprias pernas. Muitos não têm capacidade de fazer.”

Como principal reflexo desse trabalho, há de se ressaltar o papel relevante que esses agricultores/as representam no contexto da exploração racional dos recursos água e solo, numa dimensão verdadeiramente sustentável do ponto de vista social, econômico e ambiental. Considerando-se que esse processo está inserido num ambiente de reconhecida exploração irracional dos recursos naturais mencionados anteriormente, se torna mais relevante ainda. As experiências dos agricultores orgânicos apontam que é possível produzir em bases sustentáveis em diferentes contextos socioambientais inerentes aos agricultores que integram a APROVASE.

Dentre os desafios atuais e futuros da organização o que se manifestou como mais importante foi a manutenção da certificação. Para isso, fez-se necessário considerar a diversidade de perfis e condições socioeconômicas e culturais, bem como o contexto social dos grupos que integram a APROVASE.

O mérito desse trabalho deve-se a qualificação e participação efetiva dos seus sócios, no contexto da organização produtiva e dos aspectos relacionados à gestão da entidade. Assegurar esses princípios requer tomado de decisões permanentes, seja no sentido da cooperação e articulação com outras instituições, seja no contexto da promoção da autonomia da associação. A APROVASE, em 2015 estava vivenciando uma situação muito fragilizada no que tange à consolidação da gestão, especialmente no sentido de garantir os apoios financeiros para a manutenção dos sócios em processos iniciais de transição. Além disso, na avaliação de seus integrantes ainda não estava preparada para se enqua-

drada e gerir uma OPAC no contexto das possibilidades de modalidades de certificação por meio da autogestão da certificação.

A OPAC requer uma estrutura administrativa da organização funcionando plenamente e que de acordo com os relatos dos entrevistados em todos os perfis selecionados, afirmam que ainda não alcançaram esse nível. Assumir a certificação por auditoria tem sido a saída encontrada, seja com apoios institucionais, totais ou parciais, ou assumindo todo custo do processo:

“Está faltando material humano na questão da diretoria, de um pessoal integrado, para levar a associação. Isso não vem funcionando, ai fica difícil representar uma entidade. Devemos sempre buscar o caminho da organização.”

“Se não fossem a CODEVASF e SEBRAE não tínhamos condição de estar vendendo como produtores de orgânicos.”

“Eu acho que a gente tem que continuar com a do SEBRAE, a gente ir arcando com o passar do tempo, essa é a melhor forma”.

“A melhor tem sido essa agora (auditoria com apoio do SEBRAE). Mesmo agora sabendo que teremos que arcar, e montar uma estrutura para dar andamento nisso ai. Num processo que vem cada dia mais aumentando.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As iniciativas individualizadas e coletivas estabelecidas no contexto da produção orgânica nos diversos ambientes de categorias na região do Vale do São Francisco, polo Juazeiro-BA/Petrolina-PE, resguardadas nos assentamentos, estruturas periurbanas, perímetros irrigados, etc., possibilitaram o início do processo de organização da produção orgânica na região e, posteriormente, da APROVASE.

Ao se avaliar um processo de certificação orgânica para diferentes perfis socioprodutivos engajados numa organização, percebe-se que essas diferenças influenciam decisivamente nas diferentes formas de organização para a produção, comercialização e diferentes estratégias de cooperação no âmbito da associação. A presença de agentes externos se fizeram necessários para alavancar esse processo, sendo fundamentais os serviços de ATER oferecidos pela CODEVASF 3ª SR em Petrolina-PE, através da empresa PLANTEC, para os agricultores/as dos perímetros irrigados Nilo Coelho e Bebedouro, que provocou todo processo de aproximação dos diversos perfis reconhecidos na região como de potencial promissor para certificação orgânica.

Há de se reconhecer o papel importante que cada agricultor em sua estrutura socioprodutiva, nos seus diferentes perfis contribuiu para que na diversidade, fosse possível unir potenciais produtivos e organizativos, que permitiu a congregação em torno do alcance da certificação. O trilhar de todo processo e experiências vivenciadas durante o tempo de constituição e organização da associação, com avanços e recuos, lhe permitiu o reconhecimento por parte dos consumidores enquanto produtores orgânicos, e que poste-

riormente permitiu ao grupo alcançar uma certificação através da Auditoria Externa.

A análise das potencialidades e limitações inerentes às diferentes categorias de agricultores que compõem a APROVASF permitiu identificar contribuições e restrições características de cada categoria, com destaque para demandas referentes a terra, água e identidade com as formas de organização associativas. Sendo a água o fator que ao mesmo tempo em que se estabelece como aglutinador para as diversas categorias participantes desse processo, ela também se mostra como um fator limitante para algumas delas, a exemplo dos assentamentos e agricultores periurbanos. Por outro lado, o fator terra que se estabelece como fator mais limitante para os periurbanos, se constituindo em um aspecto que precisam ser mais bem trabalhados no âmbito de políticas de uso do solo na perspectiva do desenvolvimento sustentável das cidades.

A conquista do selo de orgânico possibilitou um ganho de credibilidade e inserção no mercado local de oferta de produtos orgânicos, através da participação em uma feira popular do município de Petrolina-PE e uma feira específica para os produtos oriundos das estruturas socioprodutivas dos integrantes da APROVASF. O processo de certificação por Auditoria Externa se constitui na forma de certificação mais desejado por integrantes da APROVASF tendo em vista a organização administrativa e constituição da APROVASF. Entretanto, na análise deste ponto constata-se que a organização em 2016 do grupo apresenta dificuldades pertinentes a participação, diversidade nas demandas específicas de cada grupo e aponta para a necessidade de maior envolvimento dos integrantes da associação na administrativa e liderança interna. Além disso, também é uma necessidade do grupo se preparar para que se tenha uma maior autonomia na condução administrativa e financeira da associação. Uma limitação/necessidade da APROVASF, por exemplo, é a construção de estratégias próprias de custeio da permanência no sistema de Certificação por Auditoria atualmente desejada pela maioria dos integrantes da associação.

Constata-se a necessidade amadurecimento da organização de modo a assegurar a continuidade da associação no contexto de promoção da produção orgânica, o consumo de alimentos saudáveis e o desenvolvimento rural sustentável. Além disso, também espera que a organização interna da associação possa garantir, aperfeiçoando o trabalho que já vem desenvolvendo, de modo a promover o reconhecimento da qualidade da produção orgânica, seja através da certificação orgânica ou mesmo de outras relações de confiança e controle estabelecidas pelos diferentes perfis de agricultores que integram a associação e os consumidores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e Ministério do Meio Ambiente. **Instrução Normativa Conjunta nº 017 de 23 de maio de 2009**, Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e Ministério da Saúde. **Instrução Normativa Conjunta Nº 18, de 28 de maio de 2009**, Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 54 de 22 de outubro de 2008**, Brasília, DF, 2008.

- BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária. **Instrução Normativa N° 19, de 28 de maio de 2009**, Brasília, DF, 2009.
- BRASIL. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Brasília, DF: MDS, CIAPO, 2013. 96 p.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto n° 6.323 de 27 de dezembro de 2007**, Brasília, DF, 2007.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei n° 10.831 de 23 de dezembro de 2003**, Brasília, DF, 2003.
- BRASIL. **Delimitação do semiárido mantém formação atual e inclui 54 novos municípios**. 2017. Disponível em: < <http://www.integracao.gov.br/area-de-imprensa/todas-as-noticias>> acesso em 04 agos. 2017
- BRITTO, W. S. F. BRITTO, W. S. F. **Análise da viabilidade financeira da agricultura orgânica versus agricultura convencional: o caso da manga no submédio do vale do São Francisco**. 2007. Disponível em: <<http://www.facape.br/agronegocio/07/waldenir-manga-organica-convencional-sober2004-oca498191.pdf>> Acesso em: 25 out. 2014.
- CAPORAL, F. R. (org.); COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília, 2009, 111 p.
- CARNEIRO, Fernando Ferreira; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; RIGOTTO, Raquel Maria et.al. (Org.) **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- CASTRO, C. N. **A agricultura no nordeste brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 2012. 48 p.
- COUTO, V.A.; ALVES, A.F.; GUANZIROLI, C.E. **A agricultura familiar na região Nordeste**. Salvador, BA: FAO/INCRA, 1996. 53 p.il.
- FREITAS, H. R.; GERVÁSIO, R. C. R. G.; NETO, I. S. L.; NETO, M. F. C.; MARINHO, C. M. **Análise da transição agroecológica a partir da experiência da horta orgânica comunitária do assentamento Mandacaru, Petrolina-PE, semiárido brasileiro**. Petrolina, 2015. 20 p. **Extramuros** - Revista de Extensão da Univasf, Vol. 3, No 2 (2015)
- GERMINO, J. F. S.; MONTEIRO, L. C.; SOUZA, R. S. S.; PESSOA, S. P. S. **ATER contribuindo com a viabilização da agricultura orgânica nos perímetros irrigados do Vale do São Francisco**. Petrolina, 2015. 10 p. **Extramuros** - Revista de Extensão da Univasf, Vol. 3, No 2 (2015)
- GRANJA, P. R. M. **Configuração da cadeia da manga orgânica no Vale do São Francisco**. Juazeiro, 2010. 85 p.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Brasília: 2006. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf Acesso em 01 de fev de 2017.

NUNES, D. de M; SANTOS, E. N.; MAIA, J. R.; TEIXEIRA, M. S. B. Histórico e dificuldades na constituição e consolidação de formas organizativas no Perímetro Irrigado Nilo Coelho-Petrolina-PE. Petrolina, 2015. 10 p. **Extramuros** - Revista de Extensão da Univasf, Vol. 3, No 2 (2015)

Relatório de Atividade Técnica Anual 2006. PLANTEC/CODEVASF, Petrolina-PE, 2006, 55 p.

Relatório de Atividade Técnica Anual 2007. PLANTEC/CODEVASF, Petrolina-PE, 2007, 59 p.

Relatório de Atividade Técnica Anual 2008. PLANTEC/CODEVASF, Petrolina-PE, 2008, 169 p.

Relatório de Atividade Técnica Anual 2009. PLANTEC/CODEVASF, Petrolina-PE, 2009, 170 p.

Relatório de Atividade Técnica Anual 2010. PLANTEC/CODEVASF, Petrolina-PE, 2010, 170 p.

Relatório de Atividade Técnica Anual 2011. PLANTEC/CODEVASF, Petrolina-PE, 2011, 177 p.

Relatório de Atividade Técnica Anual 2012. PLANTEC/CODEVASF, Petrolina-PE, 2012, 168 p.

Relatório de Atividade Técnica Anual 2014. PLANTEC/CODEVASF, Petrolina-PE, 2014, 160 p.

SILVA, D. P. **Agricultura urbana e periurbana: um estudo de caso de duas hortas comunitárias no município de Petrolina-PE.** Petrolina, 2015. 49 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Agrônômica), Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina, 2015, 49 p.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

GERMINO, José Francisco De Souza; FREITAS, Helder Ribeiro; MARINHO, Cristiane Moraes. Certificação orgânica: a experiência da Associação dos Produtores e Produtoras Orgânicos do Vale do São Francisco - APROVASF - PE/BA. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 5, n. 2, p. 39-63, 2017. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 17 Jul. 2017

Aceito em: 20 Set. 2017